

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



PESSOAL-GRADUADO

DCA 39-4

**PLANEJAMENTO DO FLUXO DE CARREIRA DOS
GRADUADOS DA ATIVA DA AERONÁUTICA**

2022

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA



PESSOAL-GRADUADO

DCA 39-4

**PLANEJAMENTO DO FLUXO DE CARREIRA DOS
GRADUADOS DA ATIVA DA AERONÁUTICA**

2022

Pessoal-Graduado

**PLANEJAMENTO DO FLUXO DE CARREIRA DOS GRADUADOS DA ATIVA DA
AERONÁUTICA**

A DCA 39-4, aprovada pela Portaria GABAER nº 313/GC3, de 9 de junho de 2022, é assim modificada:

1 CORREÇÃO

PÁGINA	ITEM	ALÍNEA
12	3.2.3 (modificação)	
12	3.2.3.1 (modificação)	
12	3.2.3.2 (modificação)	
12	3.2.3.3 (modificação)	
14	4.1.1 (modificação)	
15	4.3.4	b (modificação)
15	4.4.1 (modificação)	

2 ARQUIVO

Depois de efetuar as substituições, archive esta folha após a página de rosto da publicação original.

3 APROVAÇÃO

Portaria GABAER nº 390/GC3, de 13 de outubro de 2022.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA

PORTARIA GABAER Nº 390/GC3, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022.

Aprova a 1ª Modificação da Diretriz que dispõe sobre o Planejamento do Fluxo de Carreira dos Graduados da Ativa da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67005.002719/2022-20, procedente da Comissão de Promoções de Oficiais, resolve:

Art. 1º Aprovar a 1ª Modificação da DCA 39-4 “Planejamento do Fluxo de Carreira dos Graduados da Ativa da Aeronáutica”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR
Comandante da Aeronáutica



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA

PORTARIA GABAER Nº 313/GC3, DE 9 DE JUNHO DE 2022.

Aprova a Diretriz que dispõe sobre planejamento do fluxo de carreira dos graduados da ativa da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 2º do Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, e considerando o que consta do Processo nº 67005.003708/2021-86, procedente da Comissão de Promoções de Oficiais, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da DCA 39-4 “Planejamento do Fluxo de Carreira dos Graduados da Ativa da Aeronáutica”, que com esta baixa.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 202/GC3, de 20 de fevereiro de 2020, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 31, de 27 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR
Comandante da Aeronáutica

*Publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 110, de 13 de junho de 2022.

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	07
1.1 FINALIDADE	07
1.2 CONCEITUAÇÃO	07
1.3 ÂMBITO	08
2 FLUXO DE CARREIRA	09
2.1 PLANEJAMENTO DO EFETIVO DE GRADUADOS	09
2.2 FLUXO DE PROMOÇÕES	09
2.3 PARÂMETROS BÁSICOS DE SELEÇÃO DE GRADUADOS	09
2.4 LISTA DE MÉRITO RELATIVO DOS GRADUADOS	09
3 ANÁLISE DE MÉRITO	11
3.1 CONCEITOS PROFISSIONAL E MORAL	11
3.2 EVENTOS	11
3.3 ASPECTOS DEMERITÓRIOS	13
4 APRECIÇÃO DE RECURSO E DE FATO NOVO RELEVANTE	14
4.1 RECURSOS	14
4.2 PRAZO RECURSAL	14
4.3 FATO NOVO RELEVANTE	14
4.4 MILITARES QUE DEIXAM DE SER CONDUZIDOS A PLENÁRIO DA CPG	15
5 DISPOSIÇÕES FINAIS	16

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Diretriz estabelece normas e procedimentos para o planejamento do fluxo de carreira dos graduados da ativa da Aeronáutica.

1.2 CONCEITUAÇÃO

1.2.1 COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE GRADUADOS

A Comissão de Promoções de Graduados da Aeronáutica (CPG), prevista no art. 35 do Decreto nº 881/93 (REPROGAER), é o órgão permanente encarregado do processamento dos assuntos relativos às promoções do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica (CPGAER).

1.2.2 FICHA CPG-1 - AVALIAÇÃO DE GRADUADOS

Ficha padronizada que retrata o desempenho do graduado. É um documento eletrônico, constante do Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES), preenchido anualmente no final do Período Padrão de Avaliação por um avaliador e revisor, que passa a ter validade após envio eletrônico.

1.2.3 FICHA CPG-4 - AVALIAÇÃO EVENTUAL

Ficha padronizada que retrata o desempenho do graduado. É um documento eletrônico constante do SIGPES que, após enviado eletronicamente e homologado pelo Presidente da CPG, passa a ter validade. É preenchida pelo Comandante, Chefe ou Diretor do graduado, ou por Oficiais-Generais para qualquer graduado, destinada ao relato de fato significativamente meritório ou demeritório. Trata-se de uma avaliação excepcional que visa relatar à CPO (OM), oportunamente, informação relevante sobre o desempenho do graduado.

1.2.4 EVENTO

Momento na carreira do graduado no qual é submetido à CPG para fins de reconhecimento de mérito.

1.2.5 PERÍODO SOB ANÁLISE

Lapso temporal considerado para análise do mérito do graduado incluído em evento.

1.2.6 PLANO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA (PPAER) - PCA 30-1

É o documento que tem por finalidade estabelecer as ações a serem empreendidas pela Administração na área de planejamento de recursos humanos, de forma a atender às necessidades de pessoal com o máximo de eficiência, tendo em vista o cumprimento da NSCA 30-1 (Norma do SISPAER).

1.2.7 TABELA DE PESSOAL (TP)

É o documento elaborado pelo COMGEP que estabelece, quantitativamente, as necessidades de pessoal das OM do COMAER, visando ao preenchimento das funções e dos cargos necessários ao seu funcionamento eficiente e eficaz, respeitados os limites legais de fixação e distribuição de efetivos.

1.3 ÂMBITO

A presente Diretriz aplica-se à CPO (OM) e a todos os órgãos do Comando da Aeronáutica envolvidos com o fluxo de carreira dos graduados da ativa.

2 FLUXO DE CARREIRA

2.1 PLANEJAMENTO DO EFETIVO DE GRADUADOS

2.1.1 A Tabela de Pessoal (TP) será utilizada como parâmetro básico de planejamento para a definição das necessidades de efetivo dos graduados, por graduação e especialidade, e para a orientação do ingresso e do fluxo de carreira dos graduados da ativa da Aeronáutica, de modo a atender às necessidades do Comando da Aeronáutica.

2.1.2 A inclusão nos diversos Quadros deve ser considerada a partir da data de promoção à primeira graduação no Quadro após a sua formação no respectivo curso ou estágio.

2.1.3 A distribuição dos efetivos para o CPGAER deve contemplar as ações que visam a garantir a existência de militares em todas as graduações, em quantidades que supram as necessidades de pessoal.

2.2 FLUXO DE PROMOÇÕES

2.2.1 No processo de planejamento do fluxo de carreira dos graduados, deve ser considerada como unidade básica a graduação em que se encontram e na qual estão dispostos em ordem de precedência hierárquica.

2.2.2 O fluxo de carreira deverá ser planejado de maneira a atender às necessidades da Força quanto ao preenchimento de cargos e funções, observando os requisitos das várias graduações e especialidades.

2.3 PARÂMETROS BÁSICOS DE SELEÇÃO DE GRADUADOS

2.3.1 PRINCÍPIO DO MÉRITO RELATIVO

Aos graduados de maior mérito serão reservadas as promoções por merecimento, a seleção aos cursos regulamentares de carreira e a ascensão às graduações da hierarquia militar da Força Aérea.

2.3.2 ASCENSÃO POR MÉRITO

A ascensão às graduações da hierarquia militar está vinculada à formação acadêmica, à experiência, ao desempenho profissional e ao caráter do indivíduo.

2.4 LISTA DE MÉRITO RELATIVO DOS GRADUADOS

2.4.1 A Lista de Mérito Relativo (LMR) é constituída por graduados de uma mesma graduação, posicionados em ordem decrescente de mérito quantitativo, independente de precedência hierárquica.

2.4.2 A LMR tem por objetivo servir de instrumento básico de quantificação do mérito individual e do realce do graduado dentre seus pares para consulta, quando da apreciação pela CPG e por outros órgãos do Comando da Aeronáutica.

2.4.3 ELABORAÇÃO DA LISTA DE MÉRITO RELATIVO DOS GRADUADOS

2.4.3.1 A LMR deve ser elaborada anualmente pela CPG.

2.4.3.2 A LMR deverá posicionar os graduados de uma mesma graduação em ordem decrescente de pontuação total, independentemente de sua precedência hierárquica. De acordo com o total de pontos obtidos, em relação ao total geral máximo, o graduado é classificado em ordem de merecimento e posicionado, em relação à média, em faixas de merecimento.

2.4.3.3 A LMR é uma ferramenta de assessoria à tomada de decisão e o seu conhecimento é facultado somente aos envolvidos no processo decisório.

2.4.3.4 O Presidente da CPG deverá atualizar em ato administrativo os critérios e a metodologia de cálculo da LMR para os graduados, devendo observar, dentre outros aspectos, o desempenho profissional do militar, tanto nas avaliações periódicas, quanto os cursos de carreira, bem como os critérios de promoções.

2.4.4 FAIXAS DE POSICIONAMENTO DA LMR

2.4.4.1 A LMR posiciona os graduados de uma mesma graduação em ordem relativa, conforme pontuação total obtida por cada um, independentemente de sua precedência hierárquica.

2.4.4.2 De acordo com o total de pontos obtidos, em relação ao total geral máximo, o graduado é classificado em ordem de merecimento e posicionado, em relação à média, em faixas de merecimento na forma do subitem 2.4.4.3.

2.4.4.3 Uma vez estabelecida a LMR, os graduados de uma mesma graduação são divididos em grupos na ordem decrescente de mérito quantitativo das seguintes formas:

- a) Grupo I (Faixas “A” e “B”);
- b) Grupo II (Faixas “C” e “D”); e
- c) Grupo III (Faixas “E” e “F”).

2.4.5 DIVULGAÇÃO DA LMR

2.4.5.1 A posição na LMR estará disponível para cada graduado, anualmente, em termos de grupos da LMR da graduação.

2.4.5.2 Os Oficiais Superiores, no exercício de cargo de Comando, Chefia ou Direção, poderão ter acesso à posição na LMR de seus graduados subordinados.

2.4.5.3 Os Oficiais-Generais da ativa da Aeronáutica poderão ter acesso irrestrito à posição na LMR de todos os graduados.

3 ANÁLISE DEMÉRITO

A análise de mérito do graduado deve ser realizada por meio da apreciação das condutas profissional e moral do militar, observando outros aspectos específicos referentes a cada evento para o reconhecimento do mérito pela CPG.

3.1 CONCEITOS PROFISSIONAL E MORAL

3.1.1 CONCEITO PROFISSIONAL

O conceito profissional resulta da **análise qualitativa e quantitativa dos atributos inerentes ao exercício do cargo militar** do graduado, à luz das obrigações e dos deveres militares contidos no Estatuto dos Militares.

3.1.2 CONCEITO MORAL

O conceito moral resulta da **avaliação do caráter do graduado e de sua conduta como militar e cidadão**, à luz das obrigações e dos deveres militares contidos no Estatuto dos Militares.

3.2 EVENTOS

3.2.1 QUADRO DE ACESSO POR MERECIMENTO

3.2.1.1 A promoção por merecimento é aquela que se baseia no conjunto de qualidades e de atributos que distinguem e realçam o valor do graduado entre seus pares, avaliados no decurso da carreira e no desempenho de funções, em particular, na graduação que ocupa ao ser cogitado para a promoção.

3.2.1.2 A inclusão de graduados em Quadro de Acesso por Merecimento (QAM) obedece ao previsto no REPROGAER e no Estatuto dos Militares no tocante às obrigações e aos deveres militares, devendo considerar os conceitos profissional e moral, além de outros requisitos peculiares como:

- a) a eficácia revelada no desempenho de funções e atividades;
- b) a potencialidade para o desempenho de funções mais elevadas;
- c) a capacidade de liderança, iniciativa e presteza de decisão;
- d) os resultados dos cursos regulamentares realizados;
- e) o realce do graduado entre seus pares; e
- f) o comportamento militar.

3.2.1.3 Na apreciação dos graduados para composição de QAM, a CPG deverá considerar, além dos atributos individuais, todo e qualquer aspecto relacionado com a avaliação global do graduado, com destaque para o caráter, a conduta social e familiar e a posição na LMR para verificação do realce entre seus pares.

3.2.2 QUADRO DE ACESSO POR ANTIGUIDADE

3.2.2.1 A promoção por antiguidade é aquela que se baseia na precedência hierárquica de um graduado sobre os demais de igual graduação, dentro de um mesmo Quadro.

3.2.2.2 A inclusão de graduados em Quadro de Acesso por Antiguidade (QAA) obedece ao previsto no REPROGAER e no Estatuto dos Militares no tocante às obrigações e aos deveres militares, devendo considerar os seguintes aspectos, dentre outros:

- a) o conceito profissional;
- b) o conceito moral; e
- c) o comportamento militar.

3.2.3 CURSOS E ESTÁGIOS REGULAMENTARES DE CARREIRA (NR) - Portaria GABAER nº 390/GC3, de 13 de outubro de 2022.

3.2.3.1 Os cursos e estágios regulamentares de carreira podem ou não ser considerados requisitos ou condições peculiares para promoção nas graduações do CPGAER, conforme estabelecido no RCPGAER ou em ato do Comandante da Aeronáutica (NR) - Portaria GABAER nº 390/GC3, de 13 de outubro de 2022.

3.2.3.2 O Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) estipulará os parâmetros para o estabelecimento da faixa de cogitação para a realização dos cursos e estágios regulamentares de carreira (NR) - Portaria GABAER nº 390/GC3, de 13 de outubro de 2022.

3.2.3.3 A apreciação de mérito de graduado para fins de emissão de parecer da CPG para a realização de cursos e estágios regulamentares de carreira deverá considerar, dentre outros (NR) - Portaria GABAER nº 390/GC3, de 13 de outubro de 2022:

- a) o conceito profissional;
- b) o conceito moral; e
- c) a potencialidade para o desempenho de funções mais elevadas.

3.2.4 PRORROGAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO

3.2.4.1 A apreciação de mérito para fins de emissão de parecer da CPG para prorrogação de tempo de serviço, de acordo com o que preconiza o art. 25, inciso VI, do Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica (RCPGAER), deverá considerar, dentre outros:

- a) o conceito profissional; e
- b) o conceito moral.

3.2.4.2 A Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP) disponibilizará à CPO (OM) a relação dos militares que serão submetidos ao processo de reconhecimento do mérito para fins de prorrogação de tempo de serviço.

3.2.5 INGRESSO NO CFOE E NO EAOF

3.2.5.1 A Diretoria de Ensino (DIRENS) disponibilizará à CPO (OM) a relação dos graduados que serão submetidos ao processo de análise do mérito, conforme previsão contida em norma específica, por terem sido aprovados no CFOE e no EAOF.

3.2.5.2 A apreciação do mérito para fins de emissão de parecer da CPG para ingresso no CFOE e no EAOF deverá considerar, dentre outros:

- a) o conceito profissional;
- b) o conceito moral;
- c) a potencialidade para o desempenho de funções mais elevadas; e
- d) a capacidade de liderança, iniciativa e presteza de decisão.

3.3 ASPECTOS DEMERITÓRIOS

3.3.1 Poderão ser considerados demeritórios, dentre outros, os seguintes apontamentos constantes do histórico militar do graduado, observando o período sob análise e as especificidades estabelecidas em norma da CPO (OM):

- a) punições disciplinares;
- b) submissão a Conselho de Disciplina previsto no Decreto nº 71.500/72;
- c) CPG-4 demeritória;
- d) violações da ética, dos valores, dos deveres e das obrigações militares constantes da Lei nº 6.880/80, bem como dos demais regulamentos e normas da Administração Militar;
- e) nível de desempenho Muito Abaixo do Normal (MAB) e/ou Abaixo do Normal (ABN) em qualquer fator apreciado no campo “Conceito Profissional” de CPG-1 periódica ou complementar;
- f) assinalação “NÃO” em qualquer aspecto constante do campo “Conceito Moral” de CPG-1 periódica ou complementar; e
- g) comentários considerados desabonadores em CPG-1 sem nível de desempenho MAB ou ABN no “Conceito Profissional” nem assinalação “NÃO” no “Conceito Moral”.

3.3.2 Não serão considerados demeritórios, quando abrangidos no período sob análise, os seguintes apontamentos constantes do histórico militar do graduado:

- a) as punições anuladas judicialmente ou nas hipóteses previstas no art. 48 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER);
- b) as punições canceladas ou que forem objeto de cancelamento com base no art. 52 do RDAER;
- c) as absolvições criminais, com sentença transitada em julgado, fundamentadas na prova da inexistência do fato (art. 439, alínea “a”, primeira parte, do Código de Processo Penal Militar - CPPM, bem como art. 386, inciso I, e art. 415, inciso I, ambos do Código de Processo Penal - CPP) ou na negativa de autoria (art. 386, inciso IV, e art. 415, inciso II, ambos do CPP); e
- d) os registros criminais cancelados mediante a apresentação da respectiva reabilitação judicial a que se referem os arts. 132, inciso I, e 133 da Lei nº 6.880/80 (Estatuto dos Militares), observado o procedimento de envio das informações de justiça atualizadas do militar previsto na ICA 35-1.

4 APRECIÇÃO DE RECURSO E DE FATO NOVO RELEVANTE

4.1 RECURSOS

4.1.1 O graduado que não obtiver parecer favorável da Subcomissão de Primeira Instância da CPG para cursos e estágios regulamentares de carreira, bem como para ingresso no CFOE e no EAOF poderá interpor recurso ao Presidente da CPG (NR) - Portaria GABAER nº 390/GC3, de 13 de outubro de 2022.

4.1.2 O graduado que não obtiver parecer favorável na Subcomissão de Primeira Instância da CPG para ingresso em Quadro de Acesso por Merecimento e/ou por Antiguidade bem como para prorrogação do tempo de serviço poderá interpor recurso ao Diretor de Administração do Pessoal, via CPG.

4.1.3 Após exaurida a esfera administrativa no âmbito da CPG, poderá ser interposto recurso ao Comandante-Geral do Pessoal e ao Comandante da Aeronáutica, como segunda e terceira instâncias administrativas, respectivamente.

4.2 PRAZO RECURSAL

4.2.1 Nos termos do art. 51, § 1º, do Estatuto dos Militares, o direito de recorrer na esfera administrativa prescreverá:

- a) em quinze dias nos eventos de promoção; e
- b) em 45 dias nos demais eventos.

4.2.2 Observado o disposto no subitem 4.2.3, o prazo para interposição de recursos é em dias corridos e inicia-se a partir da publicação do ato administrativo no Boletim do Comando da Aeronáutica, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

4.2.3 Na hipótese de que trata o subitem 4.2.2, considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

4.2.4 O disposto nos subitens 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3 não se aplica aos prazos de recursos previstos em Editais para ingresso no oficialato.

4.3 FATO NOVO RELEVANTE

4.3.1 A constatação de existência de fato novo relevante pode decorrer de iniciativa da própria CPG ou de informação documental prestada por Oficial-General da ativa da Aeronáutica ou pelo Comandante, Chefe ou Diretor da OM na qual serve o graduado, descrevendo justificativa ou fato ainda não conhecido pela CPG e presumivelmente capaz de modificar parecer já emitido por aquela Comissão.

4.3.2 Uma vez analisado se homologados pelo Presidente da CPG, poderão ser considerados fato novo relevante, dentre outros:

- a) violações da ética, dos valores, dos deveres e das obrigações militares constantes da Lei nº 6.880/80, bem como dos demais regulamentos e normas da Administração Militar;

- b) as absolvições criminais, com sentença transitada em julgado, fundamentadas na prova da inexistência do fato (art. 439, alínea “a”, primeira parte, do Código de Processo Penal Militar - CPPM, bem como art. 386, inciso I, e art. 415, inciso I, ambos do Código de Processo Penal - CPP) ou na negativa de autoria (art. 386, inciso IV, e art. 415, inciso II, ambos do CPP);
- c) elogio, punição ou anulação de punição;
- d) cancelamento de punição a que se refere o art. 52 do RDAER;
- e) cancelamento dos registros criminais efetuado mediante a apresentação da respectiva reabilitação judicial a que se referem os arts. 132, inciso I, e 133 da Lei nº 6.880/80, observado o procedimento de envio das informações de justiça atualizadas do militar previsto na ICA 35-1;
- f) informação relevante registrada em CPG-1 periódica ou complementar;
- g) evolução do desempenho global do militar após a última apreciação de suas condutas profissional e moral nas Subcomissões de Primeira Instância ou de Recursos, a critério da CPG;
- h) alteração do grupo ou da faixa para posicionamento na LMR dos graduados;
- i) informação registrada em CPG-4 meritória ou demeritória; e
- j) situações previstas no art. 44 do REPROGAER.

4.3.3 O graduado submetido à apreciação da CPG poderá ser novamente apreciado pelo Plenário daquela Comissão no caso de surgimento de fato novo considerado relevante pelo Presidente da CPG e presumivelmente capaz de modificar o parecer anteriormente emitido.

4.3.4 Na hipótese de que trata o subitem 4.3.3, a análise de fato novo obedecerá aos seguintes limites temporais:

- a) até a data da promoção;
- b) até a data da matrícula no curso ou estágio regulamentar de carreira, sem prejuízo da análise para os cursos ou estágios subsequentes (NR) - Portaria GABAER nº 390/GC3, de 13 de outubro de 2022;
- c) até a data de matrícula no CFOE e no EAOF; e
- d) até a data do início da prorrogação de tempo de serviço subsequente à atual, salvo nos casos de prorrogação que implique estabilidade, quando o limite será a data em que o graduado completar dez anos de tempo de efetivo serviço.

4.4 MILITARES QUE DEIXAM DE SER CONDUZIDOS A PLENÁRIO DA CPG

4.4.1 Sem prejuízo da interposição de recurso à Subcomissão de Recursos da CPG nos termos do subitem 4.1.1, tendo sido negado provimento contra ato relativo a curso ou estágio regulamentar de carreira, o graduado somente poderá ser reapreciado pelo Plenário da CPG caso seja apresentado fato novo considerado relevante pelo Presidente da CPG e presumivelmente capaz de modificar o parecer anteriormente emitido por aquela Comissão (NR) - Portaria GABAER nº 390/GC3, de 13 de outubro de 2022.

5 DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 Anualmente, o COMGEP deverá elaborar a proposta de portaria com a distribuição dos efetivos dos Quadros do CPGAER para o ano em curso.

5.2 As informações essenciais ao planejamento do fluxo de carreira dos graduados da ativa da Aeronáutica estão contidas no PCA 30-1.